

Ata número dezasseis

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas 10:00 horas, na Sala da Assembleia no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a Sessão sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista - PS:

Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Patrícia Isabel Elvas Eusébio e Pedro Miguel Fonseca Catalão em substituição de João André Botão dos Santos.

Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:

António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldês Barroso.

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.

Estiveram também presentes nesta Sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.

Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:

1- 1º Período de Intervenção do Público

- 2- *Período Antes da Ordem do Dia*
- 3- *Período da Ordem do Dia*
 - 3.1- *Apreciação e votação da ata da Sessão anterior*
 - 3.2- *Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município*
 - 3.3- *Apresentação do Relatório Anual de Atividades 2023 e do Plano de Atividades 2024 da CPCJ*
 - 3.4- *Apreciação e votação do Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto "CIM.BSE.BLM.01 – reabilitação de edifício existente"*
 - 3.5- *Apreciação e votação da Minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície relativo ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto "CIM.BSE.BLM.01 – reabilitação de edifício existente" – "Projeto Praça da República"*
 - 3.6- *Apreciação e votação do Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto "CIM.BSE.BLM.02 – reabilitação de dois edifícios existentes"*
 - 3.7- *Apreciação e votação da Minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície relativo ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto "CIM.BSE.BLM.02 – reabilitação de dois edifícios existentes" – "Projeto Santo Antão"*
- 4- *2º Período de Intervenção do Público*

1 – 1º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria passar ao Período de Intervenção do Público e passou a palavra ao Múncipe interessado.

Existiu apenas uma inscrição.

O Múncipe Senhor Sérgio Gomes, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que estava presente na Sessão de Assembleia Municipal em representação da Comissão de Trabalhadores da Empresa Rádio Caria.

Referiu que antes de abordar um outro assunto, gostaria de dar uma boa notícia. Contrariamente a certos relatos alegóricos e de algumas situações menos agradáveis que passavam nas redes sociais, aludiu que a licença radiofónica da Rádio Caria que terminava a 6/03/2024, já se encontrava renovada por mais cinco anos. Assim, a Rádio Caria, poderia continuar no concelho de Belmonte, se as pessoas, os responsáveis da Rádio, as instituições e os parceiros quisessem. Porque atualmente e em nome dos trabalhadores podia afirmar que já andavam há mais de dois anos a pagar para ir trabalhar.

Frisou que já há algum tempo que a Rádio Caria se encontrava em total falência técnica, pois era uma empresa que não tinha diretamente um rendimento próprio, uma vez que apenas produzia promoção e divulgação, sendo este um concelho que vivia tanto à custa do turismo e da boa imagem para o exterior.

Relembrou que no próximo fim de semana iria decorrer a BTL em Lisboa e que a Rádio Caria iria promover o Município e nada melhor que promover e garantir a estabilidade de um órgão de comunicação social que promove e divulga tudo aquilo que se passa neste concelho.

Asseverou que neste momento a situação da Rádio Caria estando ligada à Associação Cultural e Recreativa de Caria, desde dois mil e dezanove, a mesma não reunia em Assembleia Geral os seus pares da direção, e que o “patrão da casa” não convocava os seus pares para lhes espelhar a situação.

Mencionou que os dois funcionários da rádio tinham pedido uma reunião com o “patrão da casa” há quatro anos atrás e que essa reunião ainda não tinha ocorrido. Isso tinha acontecido devido à doença prolongada de um dos colegas, o que o tinha levado para a aposentação. Logo, a Rádio Caria, passaria a ter apenas dois funcionários, uma vez que a senhora da limpeza tinha sido despedida de forma a reduzir-se os custos.

Aludiu que passados estes quatro anos ainda não tinha tido uma conversa cara a cara com o “patrão”. Mencionando que o mesmo não levava a mal o próprio estar na Sessão de Assembleia Municipal a falar em nome dos trabalhadores, uma vez que o “patrão” estava presente na sala e que provavelmente o mesmo já tinha transmitido em outras Sessões de Assembleia Municipal ou mesmo em outras reuniões, uma vez que era um assunto recorrente, e também dado o facto de o “patrão” ter um lugar de destaque nesta Autarquia. Pelo que sempre os funcionários tinham ficado descansados, até ao momento em que tinham conversado com o “dono da casa” onde trabalhavam que era a Junta de Freguesia de Caria, a qual lhes cedia as instalações, a eletricidade, a limpeza das casas de banho, das escadas, dos corredores e todo o tipo de manutenção que por vezes era necessária. Asseverou que mais não ajudava porque a porta que por vezes a Junta de Freguesia de Caria abria o “patrão” vinha recorrentemente a fechá-la. Aludiu que já eram pelo menos cinco reuniões pedidas pelo Senhor Presidente da junta de Freguesia de Caria e que o “patrão” não estava.

Deu conhecimento que em julho de dois mil e vinte e três, a própria Junta de Freguesia de Caria, tinha teimado e mesmo contra a vontade do “patrão” tinha agarrado em quatro mil e quatrocentos euros e que lhes tinha dado, a fim de lhes pagar os ordenados e os subsídios de férias, uma vez que ele e o seu colega tinham quatro meses de vencimento em atraso.

Informou ainda, que passado esse meio ano e por altura do Natal, mais uma vez, pois não tinha sido a primeira vez que na vida deles de rádio e na vida deles de profissionais de comunicação chegarem ao Natal e as suas filhoses não tiveram “ovos”, porque os vencimentos do mês de novembro só o tinham recebido nos primeiros dias de janeiro e que metade do vencimento do mês de dezembro, receberam-no passado cinco ou seis dias em janeiro. Afirmou que tinham sido os últimos quinhentos euros que tinha recebido do seu “patrão” até ao dia de hoje.

Afirmou que o “patrão”/entidade patronal devia cinco mil euros, ou seja, dois meses e meio tanto a ele como ao seu colega, sendo que se já se encontravam no final do mês de fevereiro.

Proseguiu, dando nota que também tinham batido à porta da Câmara Municipal de Belmonte, e que por canais diretos ao Gabinete do Senhor Presidente e não do Gabinete de Apoio ao Senhor Presidente, conseguiram mais cinco mil e quinhentos euros no mês de julho, de forma a poderem desbloquear algumas dívidas, pois já não tinham licença de emissão de rádio, já não conseguiam gravar, produzir, de colocarem músicas novas, pois tudo isso tinha custos, custos processuais. Também precisavam de andar com o processo de renovação da licença e havia fornecedores que ainda estavam à espera.

Outra situação grave que na altura não se conseguiu colmatar foi o facto da sua entidade patronal dever à segurança social cerca de quinze mil euros. Estando assim a decorrer cinco planos prestacionais, o que fazia com que mensalmente o valor para a segurança social fosse cerca de seiscentos euros, estando-se neste momento a pagar cerca de mil euros dos planos prestacionais, pelo que não se pagava a mensalidade devida à segurança social

Referiu ainda que anteontem tinha chegado mais uma mensagem ao Portal da Segurança Social, a dizer que já estava um novo plano disponível, ou seja, o sexto plano.

Alertou para o facto de na segunda-feira ter sido o último dia para pagamento do IVA, sendo que na conta havia à volta de seiscentos euros e o valor do IVA era de mil e duzentos euros, pelo que o tesoureiro da Rádio não tinha tido hipótese de pagar o mesmo, por isso já se encontravam com três dias de multa.

Asseverou que as contas eram fáceis de fazer, provavelmente neste momento trinta mil euros não dariam para pagar entre fornecedores, funcionários, segurança social, finanças e outras despesas mais que de momento não se estava a lembrar.

Referiu que sabia que toda a comunidade estava solidária e que muitos de nós não conheciam, mas que ouviam falar da Rádio Caria e que sabiam que provavelmente havia muitas cabeças e muitas ideias da qual poderia surgir uma ação solidária para com a

Rádio Caria. Tendo frisado que neste momento não estava a falar como funcionário, mas sim com o coração para com uma casa que já abraçava há quase trinta anos e que o seu colega Nelson há mais anos.

Mencionou que neste momento para além de terem uma licença radiofónica renovada poderia acontecer de se deixar de ouvir ou de não haver música a passar ou de não haver notícias no ar, pois se isso acontecesse alguma coisa se tinha passado. Logo o próprio tinha marcado presença nesta Sessão de Assembleia Municipal para os poder informar e não serem apanhados de surpresa pela comunicação social, ou seja, pelos seus colegas jornalistas que tanto respeitavam e que se encontravam todos solidários.

Para terminar, referiu que só ainda não estava a televisão e os rádios nacionais porque não pertenciam a um grupo nem de média nem alta capital, pois eram pobres e baixinhos, contudo a suas vozes poderiam vir a chegar longe a todos nós.

2 - Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua declaração política que se transcreve integralmente.

“Declaração política

Em defesa dos valores de Abril

Uma das bases fundamentais da Democracia, conquistada com a Revolução de Abril, é o direito ao voto em eleições livres.

As eleições, que se vão realizar a 10 de março, readquirem ainda maior importância, porque se realizarão no ano, em que se concretizam 50 anos, sobre essa importante conquista.

Estas eleições, surgem num contexto em que, o governo PS, continuando a tradição, não resolveu os principais problemas com que os trabalhadores, as populações, o país se confrontam, originando uma onda de lutas de vários setores da sociedade!

Estas lutas, desenvolvidas pelos trabalhadores e pelas populações, pela escola pública, pelo serviço nacional de saúde, pela defesa dos CTT (como recentemente aconteceu em Caria), pelo direito à habitação, pelo direito à mobilidade, nomeadamente contra as portagens, pelo desenvolvimento do comércio de proximidade, da indústria, da agricultura, são justas, seja qual for a expressão que, em cada momento, adquirem. São também uma expressão dos direitos conquistados com a Revolução dos Cravos!

São lutas que se desenvolvem em defesa de direitos, por melhores salários, carreiras, condições de trabalho e de vida; são lutas por melhores serviços públicos e

uma sociedade justa, na distribuição da riqueza, que se justificam por terem sido outras as opções dos governantes.

Destas lutas, tem-se tentado aproveitar a extrema-direita que, para além de populista no discurso, é oportunista e farsante, nelas procurando cavalgar.

Essa não é razão para deixar de lutar.

Mas interrogamo-nos: por que motivo, gente que luta, se deixa levar na cantiga da extrema-direita, admitindo, até, entregar-lhe o voto?

Dar a confiança do voto a essa extrema-direita, que promove um discurso de ódio, para quem os imigrantes são seres inferiores, que trata a diversidade como aberração, que mente, que põe em causa valores essenciais da democracia!

Uma extrema-direita, que tem como referências atuais, gente não recomendada, como Salvini, Le Pen, Órban, Milei, Bolsonaro ou Trump ...

Uma extrema-direita, que pode levar a pensar, que a resolução dos problemas das pessoas e da sociedade, passa pelo crescimento desta força, composta por gente e ideias que debita um discurso hipócrita, tentando esconder os verdadeiros interesses que os animam?

Afinal, não passam de impostores, a vender supostos sonhos, embrulhados em banha de cobra venenosa.

Quando se aprofundam razões, com quem se diz apoiante desta corrente, é frequente garantirem que não pretendem a sua vitória, mas achar que esta é a forma de penalizar quem os tem enganado.

De facto, a intenção de votar na extrema-direita, resulta de descontentamentos, de quem se sente enganado, por sucessivos governos que, alternando-se no poder anos e anos a fio, acumularam e agravaram problemas, infernizando a vida das pessoas.

A promoção mediática do populismo parece fazer o resto...

O crescimento da extrema-direita, é derrota de quem tem mentido aos portugueses, prometendo, mas não cumprindo e, em alguns casos, usando o poder com o manto completo de impunidade!

A sociedade não pode perder a memória!

Não tendo os mais jovens, vivido tempos que não devem ser esquecidos, compete a quem os viveu, transmitir o que conhece. É um dever cívico em prol da democracia.

Convém lembrar que, é da direita, que emergem atuais dirigentes da extrema-direita.

Convém lembrar que, foram pessoas, desta direita extremista que, já no Portugal de Abril, alimentaram uma rede bombista e forças como o ELP e o MDLP, podendo alguns ainda se manterem vivos, como confirmam ameaças recentes a sindicalistas; que incentivaram assaltos a sedes partidárias e de organizações sindicais de classe; que perseguiram e assassinaram pessoas; que reprimiram a primeira grande manifestação de polícias em 1989; que deram lugar, em 1994, às cargas policiais na

ponte 25 de Abril...

Não pretendo ajustar contas com o passado, não se pode deixar que se esqueça, ficando entretidos com o debate entre quezílias, de menor importância, para fazer esquecer o essencial!

Assim, dia 10 de março, deverão ser eleitos deputados, que saibam honrar e dignificar a casa da democracia - Assembleia da República – bem como o seu papel, de representação da vontade popular, cumprindo as promessas feitas. Pela parte da CDU – Coligação Democrática Unitária, assim será feito, honrando a palavra dada, dignificando o papel de eleitos e tudo fazendo, para que aqueles que depositaram a sua confiança neste voto, não sejam defraudados!

Maria José Maurício diz, In Participação popular e cidadania na revolução de 25 de Abril de 1974

“Ao longo da História de Portugal, com quase nove séculos de existência, o povo levantou-se na edificação da Nação e dos seus valores culturais, na defesa da soberania e da liberdade e na construção da democracia.

Sempre presente nos feitos históricos, que marcaram a transformação social do País, no sentido de uma sociedade livre, justa e democrática, só conquistou direitos universais de cidadania, com a Revolução de 25 de Abril de 1974.” In Participação popular e cidadania na revolução de 25 de Abril de 1974, de Maria José Maurício.

Defendamos os valores e princípios de cidadania, conquistados há 50 anos, pela luta e persistência do povo, em 25 de Abril de 74!

Viva a Revolução dos Cravos

Fascismo nunca mais!”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que trazia vários assuntos à presente Sessão, sendo que trazia novamente cinco assuntos que já tinha apresentado em Assembleias Municipais anteriores e que já se arrastavam há meses, nomeadamente a estrada das Ferrarias, a estrada de acesso a Malpique, as valetas na estrada de acesso a Malpique, a construção de passeios, o rebentamento da conduta de água em Malpique a colocação de paralelos e a reparação dos buracos nas estradas. Aludiu que as referidas situações ainda se encontravam sem resolução, sendo que iria trazer a todas as Sessões as vezes que fossem necessárias até à sua resolução.

Frisou que na última Sessão de Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha dito que iria responder por escrito às questões colocadas por si, todavia ainda se encontrava a espera dessa mesma resposta. Pelo que não tinha existido nenhuma resposta como também as obras não tinham começado, conforme indicava o comunicado que a Câmara Municipal de Belmonte tinha emitido.

Asseverou que já tinham passado vinte e um dias desde que a Câmara Municipal tinha emitido o comunicado e que nada tinha acontecido. Tendo questionado onde é que

estavam as obras? Pois com a vasta experiência e sabedoria de alguns Autarcas a população tinha ficado na expectativa que desta vez seria verdade o início das obras.

Deu nota que no dia dez de fevereiro tinha sido novamente uma desilusão o facto de o Senhor Presidente da Câmara Municipal não ter dado pessoalmente uma palavra às dezenas de pessoas que pacificamente estavam à sua esperas. Contudo recordava o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que a primeira e única vez que tinha reunido com o Executivo da Junta de Freguesia de Caria, na freguesia de Caria tinha sido em março de dois mil e vinte e dois, ou seja, tinha sido há quase dois anos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal os tinha visitado que os tinha ouvido na sua terra.

Mencionou que tinha sido necessário tomar medidas mais drásticas para que começassem a tapar os buracos com o alcatrão e não com a terra. Todavia isso não chegava.

Referiu que segundo o comunicado a estrada de Malpique aguardava a resolução desde dois mil e vinte e um. Tendo referido que pretendiam as datas reais do início das obras.

Relembrou que já tinha referido por inúmeras vezes que esta Junta de Freguesia estava disponível para ajudar e colaborar com a Câmara Municipal de Belmonte na resolução das situações pendentes, como tinha sido a caso da elaboração de um relatório técnico para a reparação das estradas da freguesia.

Aludiu ainda que a Junta de Freguesia de Caria estava na disposição de propor às restantes Juntas de Freguesia a criação de uma associação de freguesias, para assim em conjunto criarem também medidas de desenvolvimento do concelho.

Posteriormente agradeceu ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, que na última reunião em que esteve com o Executivo da Junta de Freguesia de Caria, se tinha comprometido a dar despacho a alguns assuntos pendentes e trazer de novo a reunião, sendo que os mesmos já estavam a ser resolvidos, como era exemplo as guardas da ponte de São Sebastião, o muro da escola do Monte do bispo, o muro e árvores da escola da Fonte do Ruivo e a procura de uma solução para um médico de família uma vez por semana.

Frisou que outro assunto que gostaria de abordar eram as Comemorações do centenário, pelo que vinha desta forma a Junta de Freguesia de Caria convidar publicamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os restantes elementos do Executivo da Câmara Municipal, assim como todos os elementos desta Assembleia Municipal a participarem nas atividades que se iriam realizar durante o ano do Centenário de elevação a vila.

Aludiu que também já tinham feito chegar à Câmara Municipal esse convite para participar e colaborar nessas atividades e na organização dos eventos.

Relativamente à Casa Etnográfica lembrou que a mesma estava em degradação, que o telheiro estava a cair, que chovia lá dentro, não tinha luz e que o espaço envolvente estava degradado, pelo que tinha de ser revisto o protocolo existente,

pois não estava a ser cumprido. Esperando ainda uma resposta ao ofício enviado relativamente à transferência de competências.

Em relação ao jardim público de Caria, referiu que pretendia saber se existia alguma data prevista para o início das obras.

No que concerne à Rádio Caria e tendo este assunto já sido falado na presente Sessão, referiu que gostaria de deixar uma palavra de incentivo aos profissionais que trabalhavam na Rádio Caria, que neste momento estavam a passar por grandes dificuldades financeiras, ou seja, estavam em falência técnica.

Aludiu que a Rádio Caria, não era só um símbolo da freguesia, mas também do concelho, da região, pois era um meio de comunicação que nos fazia chegar a todo o mundo e que para muitos servia de companhia.

Na sua opinião deveria a Câmara Municipal inteirar-se urgentemente da situação e rever os protocolos existentes, assim como o aumento das verbas.

Afirmou que a Rádio Caria não podia cair pois fazia parte de nós, e era um dos nossos.

Mencionou que a Junta de Freguesia estava disponível para ainda esta semana reunir com as duas entidades e tentarem encontrar soluções.

Para terminar, referiu que tinha umas palavras dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, que pese embora não estivesse presente na Sessão, se alguém quisesse transmitir melhor ainda, cujo teor era o seguinte: “Senhor Presidente já lhe referi na última Assembleia que é preciso deixar de lado as cores partidárias ou a simpatia por quem dirige a Junta de Freguesia. Já lhe fiz essa proposta e volto agora a fazer publicamente, caso entenda que não tem tempo ou agenda ou paciência para reunir com o Executivo da Junta de Freguesia, delegue no Senhor Vice-Presidente ou em alguém mandatado por si, mas os assuntos não podem estar a arrastar-se meses. Estamos disponíveis a isso e não tenho dúvidas que têm sido muito mais produtivos quando o Senhor não está presente”.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, as Senhoras e Senhores Deputados, o Executivo da Câmara Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Colaboradores do Município, Órgãos de Comunicação Social, os Concidãos e Público que assistem a esta reunião, e muito especialmente aqueles que gostariam de estar a assistir a esta Assembleia Municipal através dos meios áudio visuais, mas não podem porque o PS de Belmonte não quer.

No passado dia 8/02/2024 o Plano de Revitalização da Serra da Estrela foi aprovado em Conselho de Ministros e em breve será publicado em Diário da República. O valor anunciado em 2022 de 200 milhões passou agora para 155 milhões!

O Programa de Revitalização do PNSE nasceu do trabalho de 68 entidades da Região.

O programa propõe dezenas de medidas para aumentar a resiliência dos territórios da Região. As medidas destinam-se aos 15 Municípios da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela que será a entidade responsável pela implementação do plano.

Na Covilhã já se anuncia a construção de uma nova barragem nas cortes do meio, o projeto da Senhora da Assedasse em Gouveia, na Guarda a construção da estrada verde entre Videmonte e Folgosinho, em Manteigas vários outros projetos entre os quais o novo quartel dos Bombeiros.

Sr.º Vice-Presidente, quais foram os projetos para Belmonte que foram apresentados?

Será que finalmente veremos a praia fluvial de Belmonte ser reconvertida? A ecovia da variante de Belmonte? A reconversão das estradas do concelho em que o asfalto se desvanece a cada gota de água que cai?”

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Exmos. Senhores Autarcas

Exmos. Senhores Munícipes

Exmª. Comunicação Social

Temos tido conhecimento da existência da falta de habitação para arrendamento, o que leva potenciais interessados a procurar outras alternativas fora do concelho.

Por outro lado, registou-se ultimamente um enorme aumento do valor das rendas habitacionais em Belmonte, sendo voz corrente que tal fato se ficou a dever ao inflacionamento provocado pelos arrendamentos efetuados pelo Município.

A fim de que possamos avaliar até que ponto tal situação se prende com a realidade, vimos apresentar o seguinte requerimento:

Requerimento

Requerimento dirigido ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Belmonte, nos termos da alínea g) do artigo 32º. Do Regimento desta Assembleia.

Exmo. Senhor Presidente,

Solicito a V. Exª. se digne providenciar junto do Exmo. Executivo Municipal a seguinte informação:

- Relação dos contratos de arrendamento habitacionais, total ou parcialmente pagos pelo Município, data de início dos contratos e valor mensal da renda.

- Relação dos contratos de arrendamento não habitacionais pagos pelo Município, data de início dos contratos e valor mensal da renda.”

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Prestar a minha homenagem á resiliência e persistência dos colaboradores da rádio Caria. Hoje a minha intervenção inicia com um agradecimento. Um agradecimento á amabilidade do Sr. Presidente da Câmara, em permitir que a Técnica responsável da Assembleia Municipal, em resposta a um pedido do líder da bancada do PSD que cito, “no seguimento da notícia divulgada pela Rádio Caria, segundo a qual o Plano de Recuperação Turística está pronto e foi já distribuído aos membros do Executivo, vem esta bancada do PSD solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea d) do nº2, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que se digne diligenciar para que o referido Plano seja distribuído de imediato aos membros desse órgão”, referisse o que cito “ Incumbiu-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, de informar que o Plano de Recuperação Turística, será entregue aos Membros da Assembleia Municipal, na Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2024 da Assembleia Municipal de Belmonte”. Ninguém nesta bancada está de má-fé, em assunto algum, o que nos move são os contributos para melhorar a qualidade de vida no Concelho. Assim, e como reconhecem que tem sido um assunto de interesse para a nossa bancada, e porque o Sr. Presidente não permitiu o acesso a este documento, estamos com muita expectativa nas ações apresentadas. Sr. Vice-Presidente, - em linhas gerais podia adiantar quais as ações de curto e longo prazo que o plano identifica como prioritárias para a revitalização do turismo no concelho? Foi diagnosticada a necessidade de construção de infraestruturas ao auxílio da implantação do plano?? Por fim Sr. Vice-Presidente, qual o erro cometido pelo Executivo na gestão do turismo, para que este plano tenha sido uma necessidade? E poupem esta bancada de dizer para vermos o plano porque tentamos fazê-lo, mas o Sr. Presidente impediu de termos acesso.”

A Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes,

Foi com grande satisfação que soubemos pela imprensa regional que o tão desejado Plano de Recuperação Turística, finalmente estava concluído e iria ser divulgado. Esta bancada fez um requerimento para a entrega do documento ser antes desta sessão. Como é habitual, desde o início do mandato, a resposta foi negativa.

O Senhor Presidente da Câmara referiu na entrevista que se trata de um documento “aberto a discussão”, esta bancada terá todo o interesse em participar nessa

discussão, em apresentar sugestões para contribuir para o crescimento do concelho. Tanto que tem sido uma preocupação presente em todas as sessões desta assembleia, porque não se compreende que tenham sido necessários dois anos para a sua apresentação. Defendemos várias vezes que a empresa municipal deve ter um papel mais ativo no turismo com a criação de programas que levem os turistas a ficarem mais tempo em Belmonte, parcerias com os empresários do concelho, aproveitar a proximidade da Serra da Estrela, entre outros aspetos.

Belmonte tem um potencial enorme a nível turístico que não é explorado da melhor forma, e um exemplo são os museus municipais. Nos documentos desta Assembleia é referida a renovação dos conteúdos digitais do Museu dos Descobrimentos e da Igreja de Santiago. São museus que já têm conteúdos digitais só precisam de manutenção, no entanto temos o Museu do Azeite e o Ecomuseu do rio Zêzere completamente esquecidos. Principalmente o ecomuseu, o primeiro museu de Belmonte que continua praticamente igual ao dia da sua inauguração em 2001. O meio ambiente, a natureza é cada vez mais uma preocupação da sociedade, faz todo o sentido a renovação deste museu, além disso tem tudo para ser também espaço didático para a população em geral e para escolas.

Nas declarações que o Senhor Presidente deu à imprensa referiu que o turismo em Belmonte, é um dos sectores mais importantes e que se tornará numa “importante fonte de riqueza” para as populações. Provavelmente, a estratégia seguida não tem sido adequada. Não há investimento privado, vemos estabelecimentos comerciais a encerrar portas, o comércio tradicional a queixar-se de que os turistas não têm tempo para fazerem compras, as ruas cada vez mais vazias. Algo de errado se passa....

Mas antes de um bom plano de turismo têm de ser criadas condições de vida e bem-estar para a população de Belmonte. Este é o pilar para tudo o resto, tanto para atrair investimento privado como para aumentar o número de turistas.

Será que este plano de recuperação turística será a salvação?

Senhor Vice-Presidente, tendo em conta os anos em que Belmonte aposta no turismo como é possível Belmonte estar a regredir e não a crescer?

Já tive a oportunidade de ver por alto o Plano de Recuperação Turística entregue, reparei que tem em anexo inquéritos. Questiono se foram utilizados para a construção deste plano ou ainda vão ser aplicados no futuro?

Bem-haja.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apelou a todas e a todos os cidadãos para participarem ativamente no ato eleitoral do dia dez de março. Ano em que se comemorava os cinquenta anos do 25 de Abril, sendo a exigência de participação ainda maior, honrando assim o esforço de quem fez a revolução e que nos permitiu viver desde aí em liberdade.

Proseguiu e dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, mencionando que se tem assistido a um conjunto de encerramentos de espaços no comércio em Belmonte, pelo que gostaria de conhecer o que pensava sobre o assunto. Se seria um sinal de dinamismo da economia do concelho ou pelo contrário se seria um sinal claro de declínio, ou não seria um sinal de nada? Pois receava que a Câmara pensasse neste fenómeno e era ainda mais estranho quando se esperava observar o efeito multiplicador da instalação da empresa Wit no concelho, bem como dos seus trabalhadores e das suas famílias. Tendo questionado o Senhor Vice-Presidente o que é que era que estava a falhar?

Referiu que estes sinais de declínio que repetidamente tinham alertado na campanha de dois mil e vinte e um e que o apelidavam de dramático e exagerado estava agora à vista. Juntava-se agora a situação da rádio Caria. A cultura socialista de manter a dependência que singrava no concelho de manter também a dependência e a vassalagem como o poder conduzia invariavelmente ao declínio da economia e ao declínio das comunidades.

Questionou novamente o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, o que a Câmara Municipal pensava fazer relativamente à situação da rádio Caria?

Posteriormente questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se estava previsto na presente Sessão o debate sobre o Plano de Turismo, uma vez que o mesmo tinha sido acabado de ser distribuído em papel e numa impressão que seguramente não era nada barata, num plano em que se falava de sustentabilidade e que estava impresso a cores e nesse papel de uma forma desnecessária, pois poderia ter sido distribuído de forma não material, ou seja, em formato informático, mas não, cá se estava mais uma vez a dar o bom exemplo de sustentabilidade no concelho, ainda mais num Plano de Recuperação como este. Tendo interrogado o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se fosse para ser discutido imediatamente lançava algumas questões, se não fosse, que dissesse quando é que iria ser debatido. Indagou se poderia deixar só duas ou três questões.

Frisou que desconhecia a autoria, portanto falava com algum pouco seguramente conhecimento que tinha sobre trabalhos desse género, mas na página cinquenta e seis, registava com alguma surpresa uma amostra N igual a quarenta e sete, quando se falava de milhares de turistas em Belmonte e falava-se de uma amostra de quarenta e sete de um universo que na verdade não estava ali identificado. Logo esta amostra não garantia a representatividade seguramente do universo, pois também não era apresentado qual era o intervalo de confiança para se ter garantias de facto, sendo que possa ser generalizado os seus resultados. Reparou ainda que nessa amostra mais de oitenta por cento, ou seja, quase noventa por cento dos inquiridos tinha pernoitado em Belmonte, o que também lhes parecia muito estranho, uma vez que já se tinha debatido várias vezes nas Sessões que um dos problemas do concelho era exatamente não ter capacidade hoteleira, capacidade de retenção, capacidade de manter os turistas

dois, três e quatro dias e, portanto, como é que esse inquérito poderia ser representativo com estas conclusões?

Reparou ainda que no objetivo principal da viagem 21.3% dos respondentes diziam que tinham visitado familiares, portanto seguramente também não estava dentro daquilo que era o objetivo de avaliar o fluxo turístico para Belmonte, uma vez que as visitas a familiares não eram propriamente enquadráveis nesse âmbito.

Asseverou ao Senhor Presidente que estava aqui um brevíssimo retrato de como este estudo tal como tinham solicitado deveria ter sido previamente debatido, deveria ter sido previamente aberto de facto a contributos de todas as pessoas que o quisessem fazer na presente Sessão ou neste órgão, sendo infelizmente salvo melhor opinião e numa primeira apreciação mas receava que não tivesse representatividade e portanto não pudesse ser generalizado para a dinâmica do turismo em Belmonte, olhando para aquilo que lhes era ali apresentado.

Passando muito rapidamente sobre as medidas, referiu que na verdade via muitas medidas genéricas como folhetos, como promover, mas não via obra, não via medidas concretas que vão ao terreno. Falava-se de sustentabilidade, não havendo por exemplo referências a cicloviárias, a pedovias, como repetidamente a Bancada do PPD/PSD já tinha apresentado.

Deixou um apelo aos Municípios que fizessem também, eles próprios uma avaliação do que era este Plano de Turismo, porque receava que se tivesse perdido uma oportunidade de ouro de facto de se avançar nesta área que seguramente era e continuaria a ser importante para o concelho.

Para terminar a sua intervenção recordou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que se estava a cerca de ano e meio do final deste mandato, e que o mesmo ainda tinha a responsabilidade de fazer cumprir as deliberações da Assembleia Municipal em particular no que respeitava às transmissões on-line. Tendo questionado o Senhor Presidente quando é que o tencionava fazê-lo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e referiu que o assunto sobre Plano de Recuperação Turística não estava agendado para a presente Sessão de Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e aludiu que ficava o desafio e se entendesse por bem ou a sugestão para que na próxima Sessão de Assembleia Municipal existisse um ponto dedicado ao debate sobre o Plano de Recuperação Turística.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou novamente a palavra e referiu que nada impedia que trouxessem o assunto sobre o Plano de Recuperação Turística para a próxima Sessão de Assembleia Municipal e que o mesmo fosse debatido

no Período Antes da Ordem do Dia. Seguidamente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, não estava na presente Sessão de Assembleia Municipal, uma vez que tinha ido para a abertura da BTL em Lisboa em representação do Município.

Relativamente à Rádio Caria, referiu que era obvio que esta situação o preocupava bastante, pois, a Rádio Caria tinha para si uma importância muito grande, uma vez que a mesma tinha começado perto da sua casa, que a conhecia desde o tempo da Rádio Toca da Moura, que tinha participado, tinha sido locutor da rádio, tinha feito técnica, ou seja, tinha feito muita coisa, logo custava-lhe bastante ver a rádio nesta situação.

Deu nota que iria transmitir a situação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, embora o mesmo já tivesse conhecimento, apesar que talvez ainda não soubesse do tamanho da situação, conforme o que tinha sido apresentado na Sessão de hoje.

Aludiu que na sua opinião seria importante agendar-se uma reunião entre a Câmara Municipal, os funcionários, a direção da Rádio Caria e a Junta de Freguesia de Caria uma vez que também se tinha disponibilizado, de forma a tentarem em conjunto arranjar uma solução para que a Rádio Caria se mantivesse a funcionar, pelo que julgava que a mesma se iria manter em funcionamento.

Informou que o Município de Belmonte podia apoiar a Associação, mas que a rádio já não, pois as Câmaras Municipais não podiam financiar os órgãos de comunicação social, embora às vezes os partidos políticos pareciam que o faziam.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, e relativamente às obras que o mesmo tem vindo a falar aludiu que tinha sido enviado um comunicado relativamente às Ferrarias, sendo que estava tudo pronto para se iniciarem as obras no início de março.

Em relação à conduta de ligação à Estação de Caria / Malpique, frisou que o empreiteiro tinha informado que a obra iria começar dia um de março (sexta-feira) ou dia quatro de março (segunda-feira), pois tinha sido o compromisso dele.

No que concerne a Malpique, informou que se tinha anulado o procedimento concursal que estava feito desde dois mil e vinte e um, uma vez que era necessário fazer a repavimentação, as condutas e as valetas, situação que já estaria contemplada no novo procedimento concursal.

Quanto ao Jardim de Caria, mencionou que ainda não tinham data.

No que respeita à transferência de competências, aludiu que o e-mail tinha sido enviado para o Senhor Presidente da Câmara Municipal, conforme o referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal, não tinha respondido ao mesmo era porque não tinha resposta ou porque não queria responder ao e-mail.

Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD) e relativamente ao Plano de Revitalização referiu que o próprio também tinha ficado chocado, assim como todos os outros sessenta e tal que também disseram que não tinham sido consultados, pois o Município de Belmonte não tinha sido consultado.

Aludiu que o que estava inicialmente no Plano de Revitalização, foi algo que o Município tinha questionado/levantado na própria CIMBSE, porque Belmonte numa primeira fase aparecia e depois deixou de aparecer, uma vez que diziam que já não pertencia, pois só estavam os que pertenciam à Serra da Estrela. Entretanto tinham sido apresentados esses projetos pelas várias Câmaras, sendo que a Câmara Municipal de Belmonte na altura também tinha projetos para apresentar, mas como lhes tinha sido dito que não valia a pena apresentarem porque a Câmara não pertencia à Serra da Estrela. Com a informação que saiu agora o Senhor Presidente da Câmara Municipal teve uma reunião na CIMBSE, onde se falou sobre essa situação e aonde o Município irá apresentar aquilo que já tínhamos apresentado. Nomeadamente algumas das obras que já tinham sido faladas e da praia fluvial, pois era uma situação que se deveria aproveitar.

Referiu que o Município iria fazer barulho, pois eram cerca de quinze milhões de euros que cabia a cada um dos dez Municípios. Todavia, se vissemos as obras que estavam elencadas para a Covilhã e para Manteigas só eles consumiam o valor.

Aludiu que o Município iria bater-se por isso, uma vez que este processo não tinha sido conduzido da melhor forma por parte de quem tinha decidido na altura.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e sugeriu que como provavelmente nos próximos dias o Partido Socialista que era o Governo atual iria visitar Belmonte, que se fizesse o mesmo que se tinha feito há três dias atrás num concelho vizinho que era Manteigas em que a Senhora ainda Ministra Ana Mendes Godinho tinha feito o prazer à população de Manteigas em anunciar o valor, sendo que não iria dizer o mesmo porque se calhar não estava autorizado a dizê-lo.

Aludiu que o que notavam era que mais uma vez o Município ficava para trás, pois a Bancada do PPD/PSD não era acusada de não ter conhecimentos de não saber quem é que era este ou aquele e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal conhecia toda a gente e que tinha conhecimentos com todas as pessoas, mas que depois ficava esquecido mais uma vez. Todavia desconhecia se havia mais concelhos incluídos, pelo que tinha ficado a saber nesse momento que Belmonte tinha ficado esquecido. Logo

estava na altura nestes dias que se aproximavam para se fazer lembrar que Belmonte existe.

Frisou que tinha outro receio que isto não passasse apenas de uma medida eleitoral, porque estávamos a poucos dias de um processo eleitoral e que ainda não se sabia se o Partido Socialista se iria ou não manter.

Mencionou que desconheciam se quem viesse a seguir iria agarrar neste plano ou se iria mantê-lo na gaveta. O que era certo ou verdade era que provavelmente já alguns Municípios tinham assegurado algum desse valor como era o caso da Covilhã em que já tinha dito que iria construir a barragem, pois eram trinta milhões de euros. Logo estava na altura se o poder político viesse visitar-nos então que se fizesse finca pé e dizer o que é que iria sobrar para nós e se havia obras.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e informou o Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), que relativamente ao pedido que o mesmo tinha feito iria fazer chegar essa mesma informação, uma vez que esse levantamento já estava feito.

Aludiu que a lei da procura e da oferta era mesmo assim, o que tinha ajudado que os preços comesçassem a ser inflacionados, embora as coisas tenham sido revistas por parte do Município o que julgava que estava mais equilibrado.

À Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), e relativamente às ações apresentadas no Plano de Recuperação Turística, informou que algumas dessas ações já estavam a ser desenvolvidas nomeadamente a divulgação dos eventos, com a criação da agenda semanal, onde se tinha tudo o que era de eventos e da sua comunicação através das redes sociais e em formato de papel para as pessoas que tinham mais dificuldade em aceder às redes sociais, pois inicialmente apenas se fazia uma agenda mensal. Aludiu que as Coletividades/Associações comunicavam semanalmente os eventos que iam fazer no fim de semana ou na semana seguinte, sendo que essa informação estava concentrada na página do Município. Logo quem viesse de fora tinha a possibilidade de ver tudo o que estivesse a acontecer nesse fim de semana no concelho de Belmonte.

Deu nota que haveria outras ideias que poderiam fazer.

À Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), e relativamente aos museus, referiu que havia a necessidade de melhorar os mesmos, pois estes eram um chamariz em termos de turismo.

No que dizia respeito ao Ecomuseu do Zêzere, mencionou que se tinha feito uma candidatura para a recuperação dos conteúdos e de alguma parte mais técnica dos museus.

Deu conhecimento que inicialmente existia um projeto para o Ecomuseu do Zêzere, mas que atendendo aos custos tiveram de o retirar, uma vez que a prioridade do

Ecomuseu do Zêzere era a reparação da estrutura, ou seja, do telhado, pelo que não valia a pena fazer um investimento em conteúdos. Frisou que tinham de priorizar de acordo com os fundos disponíveis.

Quanto ao Museu dos Descobrimientos, referiu que o mesmo precisava mais do que uma manutenção, ou seja, precisava de um refresh total, uma vez que era o museu mais visitado, o que criava um maior desgaste, pois, as pessoas não vinham uma, duas ou três vezes a visitar a mesma coisa. Todavia, iria-se fazer um refresh total aos conteúdos do museu.

Aludiu que se o Município tivesse fundos infinitos estava tudo arranjado, como não tinha, teria de se fazer por prioridades, sendo que neste caso era o telhado do Ecomuseu do Zêzere. Contudo tinha a certeza que a seguir se iria avançar com o resto.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD) e relativamente ao encerramento de alguns estabelecimentos comerciais, referiu que estava preocupado com esses sinais, embora muitas das vezes aquilo que estava por detrás do encerramento de um estabelecimento, não se devia unicamente à política do Município, uma vez que por detrás de cada caso havia sempre uma história. Todavia, o próprio era dessa área e sabia de muitas das histórias desses estabelecimentos, porque tinha trabalhado diretamente com todos ou quase todos, por isso havia sempre mais do que aquilo que se via, sendo que esta situação os preocupava bastante.

Aludiu que alguns dos encerramentos se devia a motivos familiares e que já não havia ninguém que tivesse iniciativa em abrir novos negócios, nomeadamente na área da restauração, pois era uma área que não era fácil nem atrativa, porque obrigava as pessoas a trabalharem muitas horas, muitos fins-de-semana e muitos dias. Todavia, tinham de ir acompanhando a situação.

Mencionou que o Município também tinha de apoiar quem vinha, sendo que tinha havido pessoas que os procuravam no sentido de quererem abrir negócios até em outras áreas e que o Município tinha sempre demonstrado toda a disponibilidade em apoiar naquilo que eram as suas possibilidades e naquilo que estava regulamentado em termos de apoios à instalação de novos negócios.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e questionou o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, se a Empresa Municipal de Belmonte iria ser extinta?

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, retomou novamente a palavra e informou o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que o próprio não estava a pensar nisso.

Relativamente ao Plano de Recuperação Turística, referiu que o mesmo podia ser seguido ou não, pois sendo ele um plano, não queria dizer que tudo o que estivesse nele teria de ser seguido.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e remeteu os presentes para uma imagem do Plano de Recuperação Turística, onde não se via nenhuma ciclovia, passeios entre outras.

3.1 - Apreciação e votação da ata da Sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal, propunham alguma alteração à ata da Sessão anterior

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, tomou a palavra e informou que tinha enviado um e-mail com um pedido de alteração à ata, sendo que já o tinha feito muito em cima da hora, mas por sua culpa pois não tinha conseguido ver a mesma com mais antecedência. Todavia, havia um pormenor que faltava na ata da Sessão de Assembleia Municipal de 21/12/2023, que tinham sido as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, quando se tinha dirigido à sua pessoa, sendo essas mesmas palavras de falta de respeito e ofensivas, sendo que essas mesmas palavras não constavam na ata.

Aludiu que caso não seja possível fazer essa alteração à ata, deverá ser depois feita na presente ata de 28/02/2024.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e referiu que a Senhora Secretária da Assembleia Municipal iria verificar, sendo que depois entraria em contato com o próprio para dar conta da gravação ou não da intervenção.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, retomou a palavra e aludiu que compreendia que não se tinha de traduzir tudo o que se dizia nas Sessões de Assembleia Municipal, mas que aquilo que tinha sido dito deveria constar em ata, porque senão vinha-se para as Sessões a dizer-se o que se queria e que ficava tudo no vazio.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e informou se não ficou gravado, não iria ser possível reproduzir.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, tomou novamente a palavra e questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se a

Sessão de Assembleia Municipal não era toda gravada? Ou só era gravada algumas partes?

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e aludiu que apenas se tinha de fazer um resumo daquilo que se dizia e do que era mais importante. Contudo se ficasse gravado poder-se-ia reproduzir caso não ficasse não se poderia fazê-lo, pois ninguém pretendia omitir nada.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, tomou novamente a palavra e mencionou se só se colocava na ata aquilo que interessava, pois não faria assim muito sentido. Tendo questionado se não convinha lá estar essa situação.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se iriam ouvir a gravação e caso estivesse gravado incluíam na ata.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e informou o Senhor Deputado António Marques, que caso estivesse na gravação, iriam depois fazer a reprodução daquilo que tinha sido dito.

Seguidamente passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **17** votos a favor, da Bancada do PS (8), da Bancada da PPD/PSD (8) e da Bancada da CDU (1) e **2** abstenções da Senhora Deputada Patrícia Isabel de Elvas Eusébio (PS) e do Senhor Deputado Pedro Miguel Fonseca Catalão (PS), por não terem estado presentes na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 21 de dezembro de 2023.*

3.2 - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcrevem integralmente.

“Na passada semana o Sr.º Presidente esteve reunido com responsáveis das Infraestruturas de Portugal para analisar o péssimo estado das vias rodoviárias do

concelho, que em abono da verdade com exceção da estrada que liga Caria ao cruzamento de Inguias em direção ao Sabugal, podemos considerar que todas as restantes precisam de rápido re-asfaltamento total. Algumas delas urgentemente.

Tapar buracos cada vez que chove, é fraco remedeio, perigoso, e que não se pode perpetuar no tempo. Não é solução.

O Sr. ^o Presidente disse que a pavimentação do troço que liga Ginjal a Caria teria um custo elevado de 300 mil euros, e que seria efetuado um levantamento dos locais de estrada que seria necessário re-asfaltar. A esse troço eu acrescentaria a ligação ao nó Norte da A23 que não é digno de um acesso á sede de concelho. Que encarregaria os serviços técnicos para fazer esse levantamento.

Sr.^o Vice-Presidente, na nossa opinião não há outra hipótese que fique mais barata, mais rápida e eficaz do que o repavimentação total da totalidade desse troço.

Repavimentar, algumas zonas mais não será do que tapar buracos, e adiar para mais tarde nova intervenção para as restantes zonas, fazendo com que a fatura da intervenção aumente.

Será que dos 1.7 milhões euros que este ano o Município irá receber a mais do Governo central não se pode canalizar 18% para essa obra?

Muito obrigado.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que observava na Informação prestada a esta Assembleia, uma alteração que entendia que podia ser relevante. Essa Informação que era muito parecida com as últimas, tinha reparado que o programa Caravela Digital aparecia agora, não sabendo como chamar, uma parceria com Castelo Branco. Tendo solicitado ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, que explicasse se essa parceria estava prevista desde o início e no que é que ela consistia exatamente. Indagou se Castelo Branco passaria a ser o novo timoneiro da caravela.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e relativamente ao asfaltamento informou o Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), que aqueles trezentos mil euros de que se tinha falado era apenas para se colocar uma “coca-cola”, pelo que seria esse o custo, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal falado nesse assunto na reunião dando-lhe o nome técnico.

Asseverou que julgava que isso não iria resolver nada na estrada Ginjal/Peraboa. Por essa razão é que nessa reunião tinha sido solicitado, ao Senhor Engenheiro da Câmara, tendo este já feito o levantamento do troço de tudo aquilo que seria necessário

ser intervencionado a fundo para posteriormente essas medições serem vistas pela EP, a fim de se chegar a um consenso relativo ao que seria o valor que o Município iria pedir a eles para participarem relativamente a essa estrada, porque estes quilómetros de estrada ao terem uma intervenção a fundo seria no valor de setecentos mil euros só até Caria/Ponte de São Sebastião pelo que ainda faltava o restante que também precisava de uma intervenção.

Deu nota que também tinham falado na reunião sobre o acesso/nó a Maçainhas, porque também era um troço que tinha sido utilizado e que continuava a ser utilizado, uma vez que os camiões continuavam a passar nessa estrada, para entrarem na autoestrada quando o deveriam fazer em Caria e não em Maçainhas.

Referiu que a entrada para o Colmeal da Torre, também precisava de uma intervenção urgente.

Frisou que de uma maneira em geral, a maior parte das estradas do concelho de Belmonte, precisavam de ser intervencionadas à exceção do troço das Inguias, que era o troço que se encontrava mais ou menos, sendo que o Município de Belmonte tinha essa preocupação, pelo que iriam ver em termos de custos aquilo que conseguiriam fazer, uma vez que neste orçamento já tinham colocado uma verba para a intervenção das estradas, tendo de fazer as mesmas na medida dos possíveis e com a urgência possível.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), e relativamente ao Projeto da Caravela Digital, informou que o Município de Castelo Branco, já era parceiro desde o início do processo, ou seja, desde que se começou a falar da dimensão em termos de habitação que as empresas começaram a solicitar. Pois era impossível no prazo que eles queriam o Município de Belmonte ter as habitações concluídas e ter habitações suficientes para albergar as pessoas.

Referiu que o que estava conversado era que a sede ficava aqui no parque em Belmonte e que a habitação seria lá.

Aludiu que acreditava que se poderia fazer uma dimensão de distrito e não uma dimensão local. Contudo, se isso evoluir para aquilo que estava projetado, este tipo de trabalho, não tinha de se deslocar diariamente para o seu local de trabalho, pois muitas das pessoas trabalhavam à distância e só vinham pontualmente ao local de trabalho.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que não tinha sido por acaso que tinha falado do custo elevado de trezentos mil euros que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito na entrevista à radio Caria, pois era obvio que os trezentos mil euros não chegavam para nada. Tendo sugerido ao Senhor Engenheiro da Câmara Municipal de Belmonte, para poupar trabalho que quando fosse fazer a marcação das zonas que precisavam intervenção era uma lista do princípio até ao fim, uma vez que não valia a pena estar a identificar os locais, porque o Senhor Engenheiro, assim como muitos dos presentes também sabiam que o concelho de

Belmonte e as nossas estradas estavam a ser usadas para o trânsito de veículos que andavam a fazer o transporte da Capinha para a Guarda para a via férrea. Asseverou que já tinha sido aquando da reconversão da via-férrea deste lado e que agora era do lado de lá.

Informou que todos os dias ou quase todos os dias de manhã quando saia para ir para o trabalho via quatro ou cinco camiões vazios parados na Prio. Ora se esses veículos andassem com o peso normal não provocavam os danos que estavam a provocar nas estradas. Logo andam com excesso de peso e andavam com excesso de peso porque alguém não estava a fazer o trabalho, pois não existia fiscalização. Porque caso houvesse fiscalização provavelmente entravam na autoestrada em Caria e não passavam pelas nossas estradas.

Relembrou que há quatro ou cinco anos na altura da intervenção da linha férrea do lado da linha da Beira Baixa até tinha existido uma fiscalização, sendo que até tinham andado o passar com os camiões pelas nossas estradas agrícolas tendo as mesmas ficado uma desgraça, ou seja, fizeram uma fiscalização só para tapar o rasto. Logo não existia uma fiscalização. Os veículos transportavam no peso total mais de sessenta toneladas, por isso não haver estradas que aguentem, sendo que agora estar a tapar ou a fazer remendos não valia de nada, pois a IP teria de se chegar à frente e teria de assumir a reparação total das estradas, sendo que não havia volta a dar.

Frisou que os trezentos mil euros não chegavam para nada assim como os setecentos e cinquenta mil euros.

Alertou para o facto de não podermos ficar prejudicados e teria de ser agora, porque o dia em que as obras e os camiões deixassem de passar o problema já era connosco. Portanto teria de haver algum movimento agora ou então não haveria volta a dar. Eles que fiscalizassem ou que mandassem fiscalizar qual é que era o peso que os veículos transportavam, pois ele sabia de fonte segura que eram mais de sessenta toneladas, logo não havia estradas que agentassem.

Para terminar aludiu que quando se andava nas autoestradas existia uma entidade que fazia a reparação, porque nós andávamos lá e sabíamos que mal aparecesse um buraco ou outro já estavam a fazer o re-asfaltamento, isso porque as portagens eram para isso que serviam.

3.3 - Apresentação do Relatório Anual de Atividades 2023 e do Plano de Atividades 2024 da CPCJ

O Senhor Deputado Luís Almeida (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que este documento vinha à Sessão de Assembleia Municipal para conhecimento. Contudo não poderia deixar de fazer umas breves considerações sobre a CPCJ, deixando desde já uma nota de agradecimento a todas as entidades que

colaboravam com a CPCJ de Belmonte, tanto na Comissão Restrita como na Comissão Alargada.

Deu conhecimento que a CPCJ neste momento tinha cerca de vinte e dois processos pendentes, o que não era um volume muito considerável, mas que tinham, algumas preocupações, uma vez que os processos tinham vindo a aumentar, designadamente devido ao aumento da violência doméstica, pois não era só a nível nacional, mas também a nível concelhio, sendo que os estava a preocupar. Todavia também estava a existir um outro grande problema o qual também estava a dar alguns processos que era o absentismo escolar.

Referiu ainda que a orientação da CPCJ era e sempre tinha sido o de ajudar as famílias, pois existiam famílias que por vezes se desorganizavam, sendo que era perspectiva da CPCJ voltar a organizar essa mesma família e proteger as crianças que se encontravam naquele seio familiar.

Posteriormente deixou um apelo que todas as pessoas podiam sinalizar situações à CPCJ, sendo que o podiam fazer de forma confidencial, pois a CPCJ só tinha de proteger as crianças, e que uma criança que estava sujeita a determinados comportamentos, sejam eles verbais, psicológicos, ou físicos, mereciam que houvesse alguém que as protegesse, pelo que todos nós devíamos contribuir para a proteção das crianças.

Por fim, referiu que a CPCJ estava sempre disponível para ocorrer a qualquer situação que viesse a ocorrer no nosso concelho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades 2023 e do Plano de Atividades 2024 da CPCJ de Belmonte.

3.4 - Apreciação e votação do Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto "CIM.BSE.BLM.01 – reabilitação de edifício existente"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
CARLOS FERNANDO DOS SANTOS DINIS SIMÕES, CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO OBRAS E URBANISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

-----Certifica que, examinando o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

B) DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO

“B.5) ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL BEIRAS E SERRA DA ESTRELA, O MUNICÍPIO DE BELMONTE E O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P. - PROJETO “CIM.BSE.BLM.01 – REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO EXISTENTE”

Foi presente à Câmara a minuta do Acordo de Colaboração Entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.01 – Reabilitação de Edifício Existente”, a qual foi aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal.”

-----Por ser verdade, mandei passar a presente certidão que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo, em 20 de fevereiro de 2024. -----

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente informou que a sua intervenção se aplicava aos seguintes pontos da ordem de trabalhos: 3.4, 3.5, 3.6 e 3.7.

Posteriormente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“O Executivo traz a esta Assembleia, os contratos para direito de superfície de 3 imóveis para serem cedidos ao IHRU, de forma a que este instituto financie a totalidade das obras necessárias para integrarem uma candidatura ao Programa de Arrendamento acessível, nos termos do Decreto-Lei 68/ 2019 de 21 de Maio.

Trata-se de 3 imóveis da propriedade do Município, designados por:

1. Prédio urbano com a área de 88 m² na freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre, sob o artigo 3384, inscrito na conservatória do registo predial e inscrito na matriz predial 754 do concelho de Belmonte, com o valor patrimonial tributável de 41 780,00€;
2. Prédio urbano com a área do terreno de 153 m² e área de construção de 53 m² em Santo Antão, freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre sob o artigo 3321, inscrito na conservatória do registo predial e inscrito na matriz predial 780 do concelho de Belmonte, com o valor patrimonial tributável de 19 800,00€;

3. Prédio urbano com a área do terreno de 153 m² e área de construção de 53 m² em Santo Antão, freguesia de Belmonte e Colmeal da Torre sob o artigo 3322, inscrito na conservatória do registo predial e inscrito na matriz predial 782 do concelho de Belmonte, com o valor patrimonial tributável de 19 800,00€;

O projeto com um investimento total de 629 000,00 €, será totalmente pago pelo IHRU, de acordo com um projeto que desconhecemos completamente e que não possui projeto de recuperação.

1ª pergunta - Quem vai suportar os custos do projeto?

2ª pergunta - Como chegaram a estes valores de 629 000, 00 €?

3ª pergunta - As obras de conservação necessária após a recuperação, aquando da sua necessidade, quem irá financiar?

4ª pergunta - E se o inquilino deixar de pagar a renda, quem irá suportar esses custos?

5ª pergunta - Em que estado estarão estes imóveis no final deste tempo?

6ª pergunta - Qual o benefício para o Município, com este “investimento”?

De acordo com o documento apresentado a este órgão, o IHRU irá disponibilizar o dinheiro necessário, sendo que em troca o Município estabelecerá um direito de superfície por 50 anos, que vem para aprovação deste órgão. (alienação de património).

É importante referir que todo o trabalho de lançamento de concursos, realização das obras, seu acompanhamento e toda a parte administrativa serão executados com os recursos da Câmara e o IRHU receberá as rendas até recuperar todo o investimento.

De acordo com a fórmula de cálculo para definir o valor da dita “Renda Acessível”, verifica-se o seguinte:

De acordo com a portaria 176/2019 de 22 de Maio, os valores máximos da renda por tipologias são definidos no anexo 1 e o Município de Belmonte enquadra-se no escalão E1.

Ora, tendo em conta as áreas dos imóveis e tendo desconhecimento dos projetos de execução, com as áreas em questão admito que se esteja a falar de 4 T1.

Cálculo do valor da renda total:

Valor total das rendas = 271€/mês x 4 = 542 x 12 meses = 13 008,00 € / ano x 50 anos = 650 400 €.

Significa daqui a 50 anos os imóveis são devolvidos ao Município.

7ª pergunta- Foi realizado algum estudo para a necessidade de aderir a este mito chamado “Programa de Renda Acessível”?

8ª pergunta - Porque não foi ponderado pelo Executivo, outra solução?

9ª pergunta - Porque razão o investimento não é realizado pela Câmara sem necessidade de alienação de património?

Em suma

Estamos na presença de uma alienação de património completamente absurda, sem qualquer tipo de interesse para o Município e que apenas interessa ao governo

central que tem gerido muito mal os recursos nacionais e vem agora tentar usar o património do Município para ajudar a resolver o seu problema da falta de habitação.

O estado (IHRU) usa o património, recebe as rendas e daqui a 50 anos devolve o património.

O que ganhamos com este negócio, não seria mais inteligente realizarmos as obras e sermos nós a gerir o património e a receber as rendas?

Realmente este desígnio do governo PS, que pretende cumprir as suas promessas à custa dos outros, tem de ser desmontado.

Gostaria de referir que fomos eleitos para defender os interesses dos nossos Municípios e não os interesses do governo central, que esperamos esteja de saída, pois esta é mais uma demonstração da sua má gestão.

Tenho dito”.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, tomou a palavra e informou o Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), que o que tinha dito relativamente a este tipo de projetos da IHRU era apenas a visão do Senhor Deputado, pois o mesmo não padecia da mesma visão. Contudo a informação que o Senhor Deputado tinha transmitido não estava toda correta, quando dizia que todo o projeto era pago pelo IHRU.

Aludiu que a Câmara Municipal não tinha de executar, ou seja, a Câmara podia como já tinha feito a adjudicação desses trabalhos para serem feitos externamente e era o que estava a ser pela maioria das Câmaras Municipais.

Mencionou que existia um pré-projeto, com o estudo dos custos, pois a Câmara Municipal tinha tido essa preocupação, uma vez que sabiam qual é que era o custo do metro quadrado e com base nesse valor é que era financiado. Logo os pré-projetos tinham sido feitos com essa base para não se estar a fazer pré-projetos que depois não tivessem viabilidade, tendo posteriormente sido enviado ao IHRU e tendo o mesmo validado aquilo que estava feito.

No que concerne à questão da alienação que o Senhor Deputado tinha falado em relação aos imóveis, aludiu que os imóveis não saiam de cá, sendo que os mesmos estavam degradados há anos.

Referiu que teria todo o gosto de ver essas obras a arrancar e a funcionar.

Mencionou que existiam muitas formas, sendo que esta era umas das formas que se poderia aproveitar e bem.

Por fim, deu nota que faziam falta casas para que os jovens pudessem arrendar a custos controlados.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação

Urbana, I.P. - Projeto "CIM.BSE.BLM.01 – reabilitação de edifício existente" através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor pelo que o "Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto "CIM.BSE.BLM.01 – reabilitação de edifício existente" foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação.

3.5 - Apreciação e votação da Minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície relativo ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto "CIM.BSE.BLM.01 – reabilitação de edifício existente" – "Projeto Praça da República"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
CARLOS FERNANDO DOS SANTOS DINIS SIMÕES, CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO OBRAS E URBANISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

-----Certifica que, examinando o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

B) DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO

"B.6) MINUTA DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE RELATIVO AO ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL BEIRAS E SERRA DA ESTRELA, O MUNICÍPIO DE BELMONTE E O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P. - PROJETO "CIM.BSE.BLM.01 – REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO EXISTENTE" – "PROJETO PRAÇA DA REPUBLICA"

Foi presente à Câmara a minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície Relativo ao Acordo de Colaboração Entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação

Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.01 – Reabilitação De Edifício Existente” – “Projeto Praça da Republica”, a qual foi aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal.”

-----Por ser verdade, mandei passar a presente certidão que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo, em 20 de fevereiro de 2024. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície relativo ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.01 – reabilitação de edifício existente” – “Projeto Praça da República” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor pelo que a “Minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície relativo ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.01 – reabilitação de edifício existente” – “Projeto Praça da República” foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação.

3.6 - Apreciação e votação do Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.02 – reabilitação de dois edifícios existentes”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----
CARLOS FERNANDO DOS SANTOS DINIS SIMÕES, CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO OBRAS E URBANISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

-----Certifica que, examinando o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

B) DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO

“B.7) ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL BEIRAS E SERRA DA ESTRELA, O MUNICÍPIO DE BELMONTE E O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P. - PROJETO “CIM.BSE.BLM.02 – REABILITAÇÃO DE DOIS EDIFÍCIO EXISTENTES”

Foi presente à Câmara a minuta do Acordo de Colaboração Entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.02 – Reabilitação de Dois Edifícios Existentes”, a qual foi aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal.”

-----Por ser verdade, mandei passar a presente certidão que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo, em 20 de fevereiro de 2024. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação do “Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.02 – reabilitação de dois edifícios existentes” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor pelo que o “Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.02 – reabilitação de dois edifícios existentes” foi aprovado por **unanimidade** dos presentes na votação.

3.7 - Apreciação e votação da Minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície relativo ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.02 – reabilitação de dois edifícios existentes” – “Projeto Santo Antão”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS DINIS SIMÕES, CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO OBRAS E URBANISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

-----Certifica que, examinando o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata da reunião ordinária, realizada em 25 de janeiro de 2024, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

B) DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO

“B.8) MINUTA DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE RELATIVO AO ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL BEIRAS E SERRA DA ESTRELA, O MUNICÍPIO DE BELMONTE E O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P. - PROJETO “CIM.BSE.BLM.02 – REABILITAÇÃO DE DOIS EDIFÍCIOS EXISTENTES” – “PROJETO SANTO ANTÃO”

Foi presente à Câmara a minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície Relativo ao Acordo de Colaboração Entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.01 – Reabilitação de Dois Edifícios Existentes” – “Projeto Santo Antão”, a qual foi aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal.”

-----Por ser verdade, mandei passar a presente certidão que autentico com selo branco em uso neste Município e Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo, em 20 de fevereiro de 2024. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da “Minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície relativo ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.02 – reabilitação de dois edifícios existentes” – “Projeto Santo Antão” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor pelo que a “Minuta do Contrato de Constituição de Direito de Superfície relativo ao Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, o Município de Belmonte e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto “CIM.BSE.BLM.02 – reabilitação de dois edifícios existentes” – “Projeto Santo Antão” foi aprovada por **unanimidade** dos presentes na votação.

Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por **unanimidade**.

4 - 2º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tendo em conta que não houve inscrições, este período de intervenção dos Senhores Múncipes ficou encerrado.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 11:54 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, Primeiro Secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Senhor Presidente, depois de lida e aprovada integralmente na Sessão seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário